



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição 16 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 7 de dezembro de 2011

<b>A CRITICA</b> Pimentel, do MDIC, é o novo alvo da oposição ..... 1 VEICULAÇÃO LOCAL	
<b>A CRITICA</b> CAS fará última reunião de 2011 nesta quarta-feira ..... 2 VEICULAÇÃO LOCAL	
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> Senado aprova ministra do STF após seis horas ..... 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> IPI menor demora a ter efeito em 2011 ..... 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> Brasil para de crescer ..... 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA DE SÃO PAULO</b> Código florestal pode beneficiar doadores do agronegócio ..... 7 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>O GLOBO</b> Indústria puxa a economia para baixo, junto com o investimento ..... 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>TERRA NOTÍCIAS</b> Governo derruba pedido de explicações de Fernando Pimentel ..... 10 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>G-1</b> Suframa avalia investimentos de US\$ 387 milhões no Amazonas ..... 11 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>G-1</b> Ministro do Desenvolvimento nega irregularidade em consultoria ..... 12 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>G-1</b> PIB de 2012 depende de crise na UE, dizem analistas ..... 14 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>G-1</b> Amazonas registra crescimento na indústria de 0,9% em novembro ..... 16 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>ESTADAO.COM</b> Ministro do Desenvolvimento passa a ser alvo nº 1 da oposição ..... 17 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>VALOR</b> Governo atribui acusações a Pimentel à disputa política em BH ..... 18 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>FOLHA.COM</b> Oposição pressiona mais um ministro a se explicar no Congresso ..... 19 VEICULAÇÃO NACIONAL	
<b>ENVOLVERDE</b> O impacto da Zona Franca sobre nossas vidas ..... 20 VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>PIMentel, do MDIC, é o novo alvo da oposição</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

O ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**, Fernando **PIMentel**, é o novo alvo da oposição. Ao mesmo tempo em que tentam aprovar a convocação de **PIMentel** para explicar a atuação de sua empresa, a P-21 Consultoria e Projetos, entre 2009 e 2010, os tucanos vão atuar em outras duas frentes: entram com representação junto à Comissão de Ética Pública da Presidência da República para verificar se o petista infringiu o Código de Ética e junto ao **Ministério** Público do Distrito Federal para analisar se houve improbidade administrativa.

Hoje, o PPS protocolou requerimento na mesa diretora da Câmara solicitando que **PIMentel** se explique sobre a denúncia de que sua empresa teria faturado mais de R\$ 2 milhões com consultorias, entre 2009 e 2010. Reportagem publicada pelo jornal O Globo sugere tráfico de influência da consultoria do ministro em licitações da Prefeitura de Belo Horizonte e a não prestação de serviços pagos pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg).

"O ministro deve muitas explicações à sociedade. É preciso esclarecer em que circunstâncias ocorreram estas consultorias, já que **PIMentel** se preparava para ser **importante** coordenador da campanha da então candidata Dilma Rousseff", afirmou o líder do PPS na Câmara, deputado Rubens Bueno (PR). Para o líder do PSDB, Duarte Nogueira (SP), as semelhanças entre o caso de **PIMentel** e do ex-ministro Antonio Palocci (PT) são grandes. Em junho, o petista deixou o governo depois de não conseguir explicar o aumento de seu patrimônio em 20 vezes, no período de quatro anos.

Junto com os tucanos e com PPS, o DEM vai tentar aprovar amanhã, na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, a convocação de **PIMentel**. "Apresentamos o requerimento e vamos tentar incluí-lo na pauta de votação da Comissão", disse o líder do DEM na Câmara, deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (BA).

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO <b>CAS fará última reunião de 2011 nesta quarta-feira</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

O Conselho de Administração da **Suframa** (CAS) realiza nesta quarta-feira (7), às 13h, no auditório da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus**, sua 254ª Reunião Ordinária, com o objetivo de avaliar uma pauta contendo 25 projetos industriais e de serviços, dentre os quais 18 projetos de diversificação, atualização e ampliação e sete projetos de implantação. Os investimentos a serem analisados totalizam US\$ 387.261 milhões, com uma previsão de geração de 233 novos empregos a partir do pleno funcionamento das linhas de **produção**.

A 254ª Reunião Ordinária do CAS, que será o sexto e último encontro do Conselho neste ano, terá como presidente o secretário-executivo do **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior, Alessandro Teixeira, e contará ainda com a presença do **Superintendente** da **Zona Franca** de **Manaus**, em exercício, Oldemar Ianck, e de representantes das classes política, empresarial e trabalhadora da região.

Na pauta a ser avaliada nesta quarta-feira, no que tange às iniciativas de diversificação, ampliação e atualização, destaque maior para os projetos das empresas Phitronics Indústria e **Comércio** de Eletrônica e Informática, visando à fabricação de unidades acionadoras de disco magnético rígido, com investimentos totais de US\$ 187.354 milhões; Videolar S.A. para fabricação de artigos de matéria plástica para embalagem, no valor de US\$ 46.229 milhões; Magnum Indústria da **Amazônia** S.A, para fabricação de relógios de pulso, com investimentos totais de US\$ 27.611 milhões; Ox da **Amazônia** Indústria de Bicicletas, voltado à **produção** de bicicletas com e sem câmbio, prevendo investimentos totais de US\$ 7.910 milhões; e Elsys Equipamentos Eletrônicos, visando à fabricação de placas de circuito impresso montada, com investimentos totais de US\$ 33.772 milhões.

Com relação às iniciativas empresariais de implantação, que representam empreendimentos

genuinamente novos no Polo Industrial de **Manaus**, os principais destaques ficam por conta dos projetos das empresas Impram Indústria Gráfica, para fabricação de manuais técnicos impressos, com investimentos totais de US\$ 4.119 milhões e geração de 78 novos empregos; Indústria e **Comércio** de Ferro Rebelo, voltado à **produção** de estruturas de ferro e aço para construção civil, com investimentos de US\$ 2.752 milhões e abertura de 46 novos postos de trabalho; Stearns Internacional da **Amazônia**, para **produção** de artefatos de cimento ou de concreto para estruturas metálicas, com investimentos de US\$ 556 mil e geração de 19 postos de trabalho; Fructus Indústria e **Comércio** da **Amazônia**, para **produção** de frutas desidratadas no município de Iranduba (AM), com investimentos totais de US\$ 305 mil e geração de 19 empregos; e I-TI Technology Indústria e **Comércio** de Computadores, visando à fabricação de microcomputadores portáteis e unidades digitais de processamento de pequeno porte, com investimentos totais de US\$ 2.761 milhões e geração de 23 novos empregos.

Segundo o **Superintendente** Oldemar Ianck, a reunião desta quarta-feira encerrará um ano positivo para as atividades do Conselho, que contabilizou até o momento, em cinco reuniões ordinárias já realizadas, um total de 208 projetos industriais e de serviços aprovados, os quais somam investimentos de aproximadamente US\$ 2.6 bilhões e prevêem a geração de mais de 7.400 postos de trabalho nos próximos três anos. "Ao longo do ano o CAS chancelou projetos de investimentos relevantes para o fortalecimento do **PIM** e de suas diversas cadeias produtivas. Um fato **importante** a destacar é que, mesmo em meio a um processo de transição na gestão da autarquia, o **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior manteve o calendário de reuniões do CAS normalizado e sem alterações. Isso mostra que as atividades dentro do rol de atribuições da **Suframa** vêm sendo realizadas de acordo com o planejado", ressaltou Ianck.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Senado aprova ministra do STF após seis horas</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

### Senado aprova nova ministra do Supremo

**Indicada por Dilma, Rosa Weber enfrentou questionamentos da oposição por 6 horas**

#### FELIPE RECONDO / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Com o PMDB de olho em solucionar o caso Jader Barbalho (PMDB-PA), barrado pela Lei da Ficha Limpa, e com a oposição disposta a desgastar a presidente Dilma Rousseff, a indicação de Rosa Maria Weber para o Supremo Tribunal Federal (STF) foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Foram mais de seis horas de sabatina e uma inquirição detalhada sobre Direito Penal que buscava desqualificar a escolha da juíza, que passou os 35 anos de carreira julgando processos trabalhistas. Apesar do desgaste, a indicação foi aprovada por 19 votos a 3.

Senadores de oposição fizeram dezenas de perguntas sobre minúcias de processos penais, temas espinhosos que dividem os próprios ministros do STF. Em vários momentos, Rosa evitou responder ou, na visão de senadores, demonstrou insegurança.

Em meio ao questionário repleto de pegadinhas, a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) afirmou: "Penso que hoje em dia, tamanha a complexidade e o número de matérias, dificilmente alguém consiga abarcar todos esses temas". "O que me fortalece a enfrentar esses desafios é que podemos estudar. Somos eternos aprendizes", disse a nova ministra do STF, que vai substituir Ellen Gracie.

Em outro momento, ante uma sequência de perguntas do senador Pedro Taques (PDT-MT), Rosa ficou alguns segundos calada e depois disse aos senadores: "Sou ministra do Tribunal Superior do Trabalho. Se tiver a honra de ser aprovada para o Supremo, terei a preocupação de guardar a Constituição".

Adiamento. Ao contrário da oposição, os senadores do PMDB não criaram problemas para Rosa na sessão da CCJ. Entretanto, foram eles os responsáveis pelo adiamento da sabatina por duas semanas como forma de protesto.

O partido cobra do STF uma solução para o caso Jader Barbalho. Embora tenha sido o mais votado no Pará na eleição ao Senado de 2010, ele não pôde assumir o mandato, barrado pela Ficha Limpa. Depois, com a decisão do STF de jogar para a eleição de 2012 a eficácia da lei, Jader pediu para ser empossado.

O julgamento está empatado e existe a possibilidade de o terceiro colocado - o petista Paulo Rocha, também barrado pela Ficha Limpa - poder assumir o mandato. O entrave imposto pelo partido de Jader levou emissários de Dilma a procurarem os peemedebistas, na tentativa de evitar problemas mais sérios para a indicação da nova ministra do STF.

Recursos. Na sabatina, Rosa disse apoiar a mudança na Constituição encampada pelo presidente do STF, Cezar Peluso, que anteciparia a execução das decisões judiciais. O texto permitiria que as penas começassem a ser cumpridas depois do julgamento em segunda instância. Hoje, somente após o trânsito em julgado do processo, em muitas vezes após quatro instâncias, a pena começa a ser cumprida. "Com lentidão não há Justiça que agunte, não há cidadão que agunte."

Ainda na sabatina, ela indicou ser favorável a estabelecer mandato para ministro do Supremo e a mudar a forma de indicação dos integrantes da corte. "Sempre o aprendizado se faz necessário. Somos eternos aprendizes. As instituições merecem ser aperfeiçoadas", observou. E prosseguiu: "Agora, a Constituição é que previu assim. Pode ser aperfeiçoada? Pode. Eu inclusive seria favorável." Negou, por fim, que o Supremo esteja invadindo competências do Legislativo ao declarar inconstitucionalidade a omissão do Congresso em votar leis exigidas pela Constituição.

	VEÍCULO <b>FOLHA DE SÃO PAULO</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>IPI menor demora a ter efeito em 2011</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Alto endividamento e renovação recente de eletrodomésticos limitam alcance de redução de imposto neste ano**

**Para especialista, medidas terão efeito pontual no Natal e início de 2012 deve ser mais fraco no varejo**

**TONI SCIARRETTA**

**DE SÃO PAULO**

Os varejistas apostam na redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) da linha branca para vender mais neste ano, mas os consumidores estão reticentes em fazer novas compras, segundo os lojistas.

No último final de semana, o primeiro após o pagamento do 13º salário e da redução no IPI, o movimento das lojas de eletrodomésticos foi alto, mas as vendas efetivadas decepcionaram os lojistas.

Entre os motivos apontados pelos especialistas em varejo, estão o alto endividamento do consumidor, que consome parte **importante** da renda, a inadimplência crescente e o ciclo recente de renovação dos eletrodomésticos - quem trocou geladeira e fogão na promoção de 2008 não precisa fazer isso agora.

Para Luís Augusto Ildefonso da Silva, diretor da Alshop (Associação Brasileira de Lojistas de Shopping), é cedo para dizer que o IPI menor "não pegou" neste ano, diferentemente do que ocorreu em 2008, pois foi o primeiro final de semana de dezembro.

"É difícil comparar 2008 com 2011. Naquele ano, tinha muito mais gente disposta a trocar geladeira, máquina de lavar e televisão do que tem hoje. O fogão comprado em 2008 está bom até hoje. O volume dessa procura é menor do que foi em 2008. O que pode acelerar essa procura é que o prazo é menor: acaba em 31 de março", disse.

Segundo o diretor do Alshop, a compra de eletrodomésticos decorre de uma decisão "muito pensada" e envolve pesquisa.

### **COMPRA PENSADA**

"O consumidor que está no shopping passa nas Casas Bahia, nas Pernambucanas, no Ponto Frio, no Magazine Luiza, no Extra, no Fastshop. Ele vai ver os centavos de diferença de um para outro porque cada loja faz promoção de acordo com o estoque. Tem pesquisa, é uma compra estudada, detalhada, porque tem valor alto", disse.

Para Claudio Felisoni, coordenador do Provar (Programa de Administração de Varejo), as vendas no varejo tiveram uma nítida desaceleração ao longo do segundo semestre deste ano por conta do alto comprometimento da renda do brasileiro.

Felisoni lembra que em outubro deste ano o consumidor tinha só 13% de sua renda disponível para compras, após pagamentos de dívidas e gastos com habitação, transporte e alimentação. Em outubro do ano passado, "sobrava" mais: 16%.

Daí a necessidade, segundo ele, de o varejo adotar medidas pontuais de estímulo, como a recém-criada promoção da "Black Friday", tradicional dia de descontos pós-feriado de Ação de Graças nos EUA, e agora o IPI menor.

"Tenho minhas dúvidas sobre a eficácia dessas medidas, que devem mexer mais com o Natal. O começo de 2012 será complicado."

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA
	TÍTULO <b>Brasil para de crescer</b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

### Serviços, indústria e consumo encolhem; Dilma estuda conceder novos incentivos

A economia brasileira parou de crescer no terceiro trimestre e fez o governo reduzir a previsão de crescimento do **PIB** (soma dos bens e serviços do país) em 2011 de 3,8% para 3,2%. A estagnação foi recebida com alívio, pois temia-se uma retração.

Só a agropecuária teve ganho; serviços e indústria encolheram, e o consumo das famílias caiu 0,1%, primeira queda desde a crise de 2008.

Economia para de crescer, e recuperação vai demorar

Estagnação no terceiro trimestre reduz crescimento deste ano para 3% ou menos

Queda no consumo e nos investimentos indica que retomada da atividade nos próximos meses será muito lenta

#### DO RIO

#### DE SÃO PAULO

A economia brasileira parou de crescer no terceiro trimestre deste ano e tudo indica que ela levará meses para voltar a crescer com vigor.

Estatísticas divulgadas ontem pelo IBGE mostram que a atividade econômica ficou estagnada entre julho e setembro, depois de crescer 0,7% no trimestre anterior.

A atividade se contraiu na indústria, que perde fôlego há meses, e nos serviços, setor mais dinâmico da economia na primeira metade do ano. Somente a agropecuária continuou crescendo.

O fraco desempenho foi resultado das decisões tomadas pelo governo no início do ano para conter a inflação, num momento em que a economia brasileira estava superaquecida e os preços pareciam fora de controle.

Para combater a inflação, o Banco Central restringiu a oferta de crédito e aumentou as taxas de juros, medidas cujos efeitos só começaram a se fazer sentir com mais força nos últimos meses.

Também contribuiu para a freada da economia a decisão do governo de conter despesas e reduzir investimentos. Mais recentemente, o pessimismo gerado pela crise na Europa fez empresários e consumidores desanimar.

Segundo o IBGE, o consumo das famílias diminuiu 0,1% no terceiro trimestre. É a primeira vez que o consumo sofre uma contração desde a crise mundial de 2008. Os investimentos do governo caíram 0,7%.

Bancos e consultorias reviram suas projeções após a divulgação dos números do IBGE e agora preveem que o país crescerá 3% ou menos neste ano. No início do ano, os economistas esperavam uma taxa de 4,5%.

A maioria acredita que a economia começará a se recuperar neste fim de ano, mas lentamente. As projeções apontam para uma expansão de no máximo 0,5% no último trimestre do ano.

"Houve uma desaceleração **importante** e uma mudança até da estrutura do que vinha acontecendo anteriormente", disse Rebeca Palis, gerente da área do IBGE responsável pelo **PIB**.

O BC começou a reduzir os juros em agosto, o governo removeu restrições à oferta de crédito e baixou medidas para estimular o consumo de eletrodomésticos.

Mas essas medidas devem demorar para produzir resultados, segundo os economistas, e a recuperação só deverá ganhar força no segundo semestre do ano que vem.

"O governo se antecipou à piora da crise e cortou juros, mas o impacto na economia leva tempo e deve ser gradual", afirma a economista Fernanda Consorte, do banco Santander.

O aumento do salário mínimo, que terá um reajuste de cerca de 14% em janeiro, também deverá contribuir para aumentar o consumo, mas ninguém espera que o país volte a crescer tão rápido como no ano passado.

"O emprego vai crescer mais devagar e o salário não seguirá no mesmo ritmo deste ano", diz economista Armando Castelar, da Fundação Getúlio Vargas. Ele prevê que as incertezas provocadas pela crise externa continuarão a deprimir os investimentos e o consumo.

(PEDRO SOARES, DENISE LUNA, MARIANA CARNEIRO E MARIANA SCHREIBER)

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Código florestal pode beneficiar doadores do agronegócio</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Grandes doadoras do agronegócio que terão muitas ambientais suspensas com o novo Código Florestal doaram R\$ 15 milhões a 50 congressistas que votam o projeto. As contribuições são de 2010, quando a reforma já estava em processo. Até o fechamento desta edição, o Senado havia aprovado o texto base, sem emendas, do código.

Novo Código anistia muitas dos doadores de 50 políticos

Empresas doaram cerca de R\$ 15 mi em 2010, quando texto já era debatido

Parlamentares negam que as contribuições tenham pesado no voto e dizem que não estão defendendo criminosos

LÚCIO VAZ

DE BRASÍLIA

Empresas que poderão ter muitas ambientais suspensas com a aprovação do novo Código Florestal contribuíram no ano passado com cerca de R\$ 15 milhões para financiar a campanha de 50 congressistas que participaram das discussões do projeto no Congresso nos últimos meses.

É o que revela cruzamento de autos de infração do Ibama com as doações eleitorais contabilizadas pelos partidos. As contribuições foram feitas no pleito de 2010, quando a reforma do código já estava em discussão na Câmara. O valor é 42% maior que o total doado pelas mesmas empresas na eleição de 2006.

As empresas foram autuadas, num total de R\$ 1,6 milhão, por irregularidades como destruir vegetação nativa, áreas de preservação permanente, e consumir carvão de mata nativa. Algumas também receberam multas impostas pela Justiça.

O Senado Federal aprovou ontem à noite o projeto do novo Código Florestal. Com a nova lei, as empresas que aderirem a programas de regularização ambiental terão suas

multas suspensas e convertidas em serviços de recuperação ambiental.

Entre os senadores que receberam dinheiro dessas empresas e agora participam dos debates sobre a norma estão Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Wellington Dias (PT-PI) e Delcídio Amaral (PT-MS).

Dos deputados, quase todos apoiaram as mudanças no Código. Luiz Carlos Heinze (PP-SC), que recebeu R\$ 150 mil da SLC Agrícola, declarou que não está defendendo "criminosos".

Governadores, que têm grande influência sobre as bancadas estaduais, levaram R\$ 4 milhões. Jaques Wagner (PT-BA) e Renato Casagrande (PSB-ES) ficaram com as maiores quantias.

As indústrias de celulose ficaram entre as maiores doadoras do grupo. A Fibria, que tem multas de R\$ 946 mil pendentes no Ibama, deu R\$ 4,7 milhões às campanhas. Ela tem ainda 50% das ações da Veracel Celulose, multada pela Justiça em R\$ 20 milhões e em R\$ 390 mil pelo Ibama.

O senador Dias recebeu R\$ 150 mil da Suzano Celulose, mas não vê conflito de interesse nesse caso: "Seria muito pequeno um parlamentar colocar o mandato a serviço de interesses individuais de uma empresa". Ele disse que a empresa investirá R\$ 6 bilhões numa fábrica no Piauí.

Delcídio Amaral disse que as doações foram feitas legalmente e que "não se pode condenar previamente a empresa". Por sua vez, Ferraço recebeu R\$ 150 mil da Fibria, mas rejeita a suspensão.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Indústria puxa a economia para baixo, junto com o investimento</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

**Produção** fabril recuou 0,9%. Construção civil manteve crescimento

**Wagner Gomes, Fabiana Ribeiro, Mariana Durão e Henrique Gomes Batista**

SÃO PAULO e RIO. A indústria foi o setor que mais sofreu neste terceiro trimestre. Com a maior queda entre os grandes segmentos, reduziu a **produção** de 0,9% entre julho e setembro, em relação aos três meses anteriores. Concorrência dos **importados**, redução no crédito depois das medidas restritivas tomadas pelo governo e aumento de juros são as explicações para esse resultado. Pelos dados divulgados ontem pelo IBGE, a queda da indústria no terceiro trimestre foi puxada pelo setor de transformação (excluindo a extração mineral), cuja **produção** recuou 1,4% sobre o segundo trimestre.

As demais atividades industriais registraram variações positivas na mesma comparação: extrativa mineral (alta de 0,9%); eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (0,8%) e construção civil (0,2%).

Os dados anêmicos da indústria ajudaram a reduzir o investimento, que caiu 0,2% na comparação trimestral. E a desaceleração frente ao mesmo período do ano passado ficou flagrante. Nos três primeiros meses do ano, crescera 11%. No terceiro trimestre, a taxa ficou em 2,5%. Além disso, a fraqueza da indústria atinge outros setores:

-A Indústria de transformação afeta bastante alguns serviços como o **comércio** atacadista e o transporte de cargas - afirmou Rebeca Palis, do IBGE.

Mas houve exceções como a construção civil, que cresceu 0,2% e puxou fortemente os investimentos do país no terceiro trimestre, mas não o suficiente para a formação bruta de capital fixo ficar positiva.

- A construção tem políticas específicas como PAC, "Minha casa, Minha vida", além de viver momento favorável com Copa e Olimpíadas - explicou Rebeca.

Indústria está produzindo o mesmo de setembro de 2008

O economista-chefe do Instituto de Estudos para o **Desenvolvimento** Industrial (Iedi), Rogério César de Souza, acredita que há um freio no consumo e nos investimentos das indústrias:

- A economia enfraqueceu e a indústria sofreu o efeito dessa desaceleração provocada pelas medidas de restrição ao consumo adotadas pelo governo. Houve ainda a concorrência dos **importados** e o câmbio desfavorável, que tirou a competitividade das empresas.

O professor Antônio Corrêa de Lacerda, da PUC-SP, preocupa-se com a fraqueza da indústria, que se reduz muito. Ele lembra que, em setembro de 2011, a atividade industrial está no mesmo patamar de setembro de 2008. Para resolver isso são necessárias medidas que incentivem o investimento, que vão além do estímulo à demanda. O professor defende aumento de competitividade com redução da carga tributária para os investimentos, melhor situação cambial e redução efetiva dos juros, não apenas da Selic.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) endossam o diagnóstico. Em nota, a CNI informou que a desaceleração da economia já era esperada pelo comportamento de outros indicadores, mas disse que é preocupante a queda na indústria de transformação. A estagnação da economia levará a CNI a rever para baixo suas projeções para o crescimento em 2011, hoje em 2,2% para a indústria e de 3,4% para o **PIB**.

Ainda de acordo com a entidade, o recuo do **PIB** industrial reflete a perda de competitividade do setor, provocada pela valorização cambial e pela falta de uma política nacional de redução dos custos de **produção**, além da crise internacional.

O presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), Milton Cardoso, disse que o setor está sofrendo demais com a concorrência de produtos chineses. Segundo ele, a **produção** vem caindo desde o início do ano. A queda foi de 10% em agosto e setembro e 11% em outubro.

- O **mercado** está andando de lado. Sofremos muito a concorrência dos produtos chineses que chegam ao **Brasil** pelo

Vietnã e pela Malásia, países que têm uma **produção** pequena de calçados - disse Rafael Schefer, diretor de

**mercado** da West Coast, fabricante de calçados de Ivoti, no Rio Grande do Sul.

	VEÍCULO TERRA NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo derruba pedido de explicações de Fernando <u>PIM</u>entel</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Luciana Cobucci**

**Direto de Brasília**

Os deputados da base governista conseguiram derrubar, nesta quarta-feira, o requerimento de convocação do ministro do **Desenvolvimento**, Fernando **PIM**entel, para que ele preste esclarecimentos na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara. Os deputados Duarte Nogueira (PSDB-SP) e Nilson Leitão (PSDB-MT), autores do requerimento, queriam que **PIM**entel explicasse denúncias de que o ministro teria se beneficiado ao prestar consultoria a uma empresa que foi contratada, posteriormente, pela prefeitura de Belo Horizonte - onde **PIM**entel foi prefeito.

O requerimento foi derrubado por 13 votos contra a convocação, ante 5 a favor. O líder tucano na Casa, Duarte Nogueira, defendeu que **PIM**entel deve comparecer à Câmara para explicar as denúncias, já que o ministro faz parte da cota pessoal da presidente Dilma Rousseff.

"À época das denúncias ele era da coordenação de campanha da presidente. Tem o dever de vir e esclarecer. Se prestou consultoria, tem que demonstrar que o fez sem tráfico de influência. Se **PIM**entel não vier se explicar, a presidente Dilma deve se desculpar e convidar o ex-ministro Palocci de volta", disse Duarte Nogueira, ao fazer referência ao ex-

ministro chefe da Casa Civil, que pediu demissão em junho deste ano após denúncias de que teria exercido consultoria para empresas que fecharam contratos com o governo.

Os governistas defenderam que a consultoria prestada por **PIM**entel foi antes dele assumir como ministro e, na época dos contratos, ele não ocupava cargo público. O deputado Odair Cunha (PT-MG) alegou, ainda, que não compete à Câmara investigar as denúncias.

"Todas as matérias se referem à prefeitura de Belo Horizonte, não pode a comissão querer investigar supostos contratos com a prefeitura de Belo Horizonte. Não há ato do **PIM**entel a ser investigado", afirmou.

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Suframa avalia investimentos de US\$ 387 milhões no Amazonas</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Análise será feita durante a última reunião do CAS no ano.**

**Em 2011 os investimentos aprovados totalizam US\$ 2,6 bilhões**

**Do G1 AM**

**Empresa vai investir na produção de unidade acionadora de disco magnético rígido**

O Conselho de Administração da **Suframa** (CAS) realiza nesta quarta-feira (07), a 254ª Reunião Ordinária. O objetivo é avaliar uma pauta de 25 projetos industriais e de serviços, incluindo 18 projetos de diversificação, atualização e ampliação e sete projetos de implantação. Os investimentos a serem analisados totalizam US\$ 387,261 milhões, com uma previsão de geração de 233 novos empregos a partir do pleno funcionamento das linhas de produção.

A reunião do CAS de número 254 será o sexto e último encontro do Conselho neste ano. Na pauta a ser avaliada nesta quarta-feira, no que tange às iniciativas de diversificação, ampliação e atualização, destaque para os projetos de cinco empresas que devem produzir unidades acionadoras de disco magnético rígido, artigos de matéria plástica para embalagem, produção de relógios de pulso,

produção de bicicletas com e sem câmbio, e fabricação de placas de circuito impresso montada.

**Oldemar Ianck, Superintendente em exercício da Suframa**

Com relação às iniciativas empresariais de implantação, que representam empreendimentos genuinamente novos no Polo Industrial de **Manaus**, os principais destaques ficam por conta dos projetos para fabricação de manuais técnicos impressos, produção de estruturas de ferro e aço para construção civil, fabricação de artefatos de cimento ou de concreto para estruturas metálicas, produção de frutas desidratadas no município de Iranduba (AM), e fabricação de microcomputadores portáteis e unidades digitais de processamento de pequeno porte.

Segundo o Superintendente em exercício da **Suframa**, Oldemar Ianck, a reunião desta quarta-feira encerrará um ano positivo para as atividades do Conselho, que contabilizou até o momento um total de 208 projetos industriais e de serviços aprovados, os quais somam investimentos de aproximadamente US\$ 2,6 bilhões. "Ao longo do ano o CAS chancelou projetos de investimentos relevantes para o fortalecimento do **PIM** e de suas diversas cadeias produtivas", destacou.

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Ministro do <u>Desenvolvimento</u> nega irregularidade em consultoria</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Reportagem de O Globo diz que Fernando PIMentel recebeu R\$ 2 milhões.**

**Repasse foi feito, segundo o jornal, antes de ministro entrar no governo.**

Em nota oficial divulgada na tarde desta terça-feira (6), o **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior negou irregularidades em atividades de consultoria exercidas pelo ministro Fernando PIMentel.

Reportagem do jornal "O Globo" publicada no domingo (4) apontou que PIMentel recebeu R\$ 2 milhões com sua empresa P-21 Consultoria e Projetos Ltda., entre 2009 e 2010, após deixar o cargo de prefeito de Belo Horizonte e antes de assumir vaga no **Ministério** de Dilma.

Segundo o jornal, um dos clientes foi a Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) para o trabalho de "consultoria econômica e em sustentabilidade". Dirigentes da federação, que, segundo O Globo, pagou R\$ 1 milhão pelo trabalho, disseram ao jornal desconhecer o trabalho realizado por PIMentel. Outro cliente, a construtora mineira Convap, teria pago R\$ 514 mil pela consultoria.

De acordo com a reportagem, o trabalho para a Convap foi realizado na época em que PIMentel coordenava a campanha de Dilma Rousseff à Presidência. Conforme o jornal, após o trabalho, a Convap assinou dois contratos com a Prefeitura de Belo Horizonte, conduzida por um aliado de PIMentel.

Ao jornal, o ministro disse que a P-21 deixou de prestar serviços a qualquer cliente em novembro de 2010 e que PIMentel deixou a administração da empresa no fim de 2010.

Em outra reportagem publicada nesta terça (6), "O Globo" cita outro contrato em que o ministro teria recebido R\$ 400 mil de empresa ligada a uma empresa que já tinha contrato com a Prefeitura de Belo Horizonte.

Na nota divulgada nesta terça, o **Ministério** volta a afirmar que Fernando PIMentel deixou a empresa no fim do ano passado e afirma que todas informações sobre a consultoria foram repassadas à Comissão de Ética Pública da Presidência.

"PIMentel informou à Comissão de Ética Pública a existência da P-21 Consultoria e Projetos Ltda, seu faturamento e seu devido desligamento da empresa, cumprindo todas as formalidades legais", diz a nota divulgada.

#### **Convocação**

O PSDB protocolou nesta terça um pedido de convocação para Fernando PIMentel explicar as denúncias à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. O requerimento está na pauta da comissão e deve ser votado nesta quarta (7).

É importante que o ministro PIMentel possa ter a oportunidade de se explicar e mostrar que não houve tráfico de influência, afirma o líder do PSDB na Câmara, Duarte Nogueira (SP), conforme nota divulgada pela liderança do partido.

**Confira abaixo a íntegra da nota divulgada pelo Ministério:**

#### **"Nota à Imprensa 06/12/2011**

Brasília (6 de dezembro) - Desde a edição do último domingo, 4 de dezembro, o jornal O Globo tem publicado sucessivas reportagens sobre a atividade privada exercida pelo ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior, Fernando PIMentel, entre 2009 e 2010, quando não exercia nenhum cargo público.

Em um primeiro momento, o jornal levantou suspeição sobre serviço prestado ao Centro das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Ciemg) por meio de contrato firmado com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), à qual o Ciemg é vinculado. As explicações sobre este contrato e sobre os serviços prestados foram dadas pelo ministro em entrevista ao Globo na tarde do mesmo domingo. As informações foram corroboradas pelo então presidente do Ciemg e atual presidente da Fiemg, Olavo Machado, e pelo então presidente da Fiemg e atual presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade em entrevista ao próprio jornal, explicitando o trabalho realizado;

O jornal também levantou suspeita sobre o contrato firmado entre a empresa de consultoria P-21 Consultoria e Projetos Ltda. de que Fernando **PIM**entel foi sócio entre 2009 e 2010 e o grupo Convap, para o qual prestou consultoria em 2010. O Globo sugere que a contratação de **PIM**entel pela Convap teria influenciado o resultado de uma licitação realizada pela Prefeitura de Belo Horizonte em 2011;

Ocorre que os dois contratos da prefeitura com a Convap a que se refere a reportagem foram firmados a partir de licitações vencidas pelo consórcio que a Convap integrava. Ambas foram realizadas na gestão de Marcio Lacerda e, numa delas, a empresa foi INABILITADA pela prefeitura, tendo permanecido no processo de concorrência pública por LIMINAR DA JUSTIÇA. Esse fato, que compromete a tese que se quer fazer prosperar, foi relatado à reportagem na entrevista dada no último domingo, mas o jornal não publicou a informação;

Na edição de hoje, 6 de dezembro, O Globo volta a tratar em tom de denúncia o trabalho de consultoria prestado por Fernando **PIM**entel à empresa QA Consulting e o valor da remuneração recebida. Não diz, no entanto, que a informação foi dada pelo próprio **PIM**entel, na primeira entrevista ao Globo. **PIM**entel antecipou ao jornal que o empresário Gustavo Prado, um dos sócios da empresa QA Consulting, era filho do então sócio dele na P-21 Consultoria e Projetos Ltda., Otílio Prado, e apresentou ao jornal cópia da nota fiscal que comprova os valores relatados e o recolhimento dos impostos;

Na mesma edição, O Globo erra ao afirmar que o ministro Fernando **PIM**entel recebeu pagamento por este trabalho em fevereiro de 2011. Na verdade, **PIM**entel recebeu pagamento pela atividade de consultor exclusivamente nos anos de 2009 e 2010;

Nesse período, o ministro NÃO exercia qualquer cargo público. O trabalho de consultoria foi exercido somente após

o fim do mandato de prefeito de Belo Horizonte e antes de assumir o **Ministério. PIM**entel deixou a empresa em 10 de dezembro de 2010. O documento que comprova o desligamento da P-21 Consultoria e Projetos Ltda. foi mostrado ao jornal durante entrevista concedida na tarde do último domingo;

Fez-se uma ilação indevida ao se sugerir relações entre a HAP Engenharia e a QA Consulting, insinuando uma suposta triangulação. A tese não se sustenta por motivo óbvio: caso tivesse algum recurso a transferir, a HAP Engenharia teria contratado a P-21 Consultoria e Projetos Ltda. de forma legal e explícita;

Por fim, o jornal diz que sempre fica algum ruído quando não é a autoridade que toma a iniciativa de divulgar funções que desempenhou na vida privada e que possam configurar conflitos de interesse na vida pública. Também neste caso, como de conhecimento de O Globo, **PIM**entel informou à Comissão de Ética Pública a existência da P-21 Consultoria e Projetos Ltda, seu faturamento e seu devido desligamento da empresa, cumprindo todas as formalidades legais.

#### **Assessoria de Comunicação Social**

**Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO <b>PIB de 2012 depende de crise na UE, dizem analistas</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Economistas desenvolvimentistas favoráveis à política econômica do governo acreditam ser muito difícil, porém possível, que a administração Dilma Rousseff consiga fazer com que o crescimento em 2012 seja maior que o de 2011 - que para eles deve ficar no máximo em 3,5%. "Meu amigo ministro (Guido) Mantega é muito otimista", comentou o ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser-Pereira.**

Para esses acadêmicos, reunidos ontem em torno do seminário "Vida e Obra: Bresser-Pereira", que termina hoje na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), o principal obstáculo para que o Produto Interno Bruto (**PIB**) atinja o objetivo de expansão de 5% no ano que vem, como vem se manifestando o ministro da Fazenda, Guido Mantega, é o processo de agravamento da crise na Europa. Por isso, defendem que o governo seja mais agressivo no processo de redução dos juros básicos, a ponto de levar a Selic para um dígito nos próximos meses, sem abrir mão de um rigoroso controle fiscal.

"Até poderemos crescer mais em 2012 do que neste ano, caso as autoridades da zona do euro adotem uma medida fundamental, que é permitir que o Banco Central Europeu (BCE) possa emitir eurobônus", comentou Bresser-Pereira.

Segundo o ex-ministro, a criação desse título pelo BCE dará condições para que bancos privados europeus em dificuldades não quebrem e também para que países **importantes** do continente possam ter uma solução de suas elevadas dívidas soberanas, evitando o risco drástico de default. "Se os eurobônus não forem adotados, o euro acaba, o que pode levar o mundo a uma recessão que nos atingiria com força", afirmou.

Para a linha de pensamento desses economistas, que tem a simpatia de autoridades do governo como a presidente Dilma Rousseff e o ministro da Fazenda, o Estado é fundamental para promover o **desenvolvimento** econômico e social, pois não acreditam em **mercados** eficientes nem no uso perfeito de informações pelos agentes econômicos. Eles sempre defendem, porém, grande rigor fiscal por parte da administração pública.

## Selic

Caso a Europa encontre uma solução nos próximos meses relacionada à criação do eurobônus, evitando assim o colapso da zona do euro, o **Brasil** pode, na opinião desses economistas, ter uma expansão até um pouco melhor em 2012 do que neste ano. Na avaliação do diretor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Yoshiaki Nakano, o governo fará bem se continuar a estratégia de redução da taxa de juros nominal para um dígito nos próximos trimestres.

Para Nakano, o governo está certo ao tentar estimular o nível doméstico de atividade, já que ocorreu forte desaceleração do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste segundo semestre, o que está sendo constatado também pela redução do ritmo do IPCA. "Do início de 2010 a abril de 2011, a inflação atingiu uma média mensal próxima a 0,77%, o que anualizado fica acima de 9%, e isso é bem alto. Contudo, de maio para cá, a inflação média está ao redor de 0,40%, ou seja, a inflação está na meta."

Nakano elogiou o desempenho do BC. "O Banco Central teve o mérito, a partir de agosto deste ano, de mostrar à sociedade que o nível da inflação mudou e era preciso tomar medidas preventivas, como a redução dos juros, para buscar a reativação da economia", afirmou.

Bresser endossou a opinião de Nakano. "Com a inflexão da política monetária, o Banco Central voltou a se tornar uma instituição do Estado", comentou.

Nakano ressaltou, contudo, que preferiria que o governo aumentasse a velocidade de queda da Selic, em vez de ter adotado medidas para estimular a demanda agregada, como redução de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a linha branca e relaxamento no crédito.

Na avaliação do professor Nelson Marconi, coordenador da graduação da Escola de Economia de São Paulo da FGV, a distensão das medidas macroprudenciais na área de crédito tem lógica, mas a conjuntura da economia deve gerar efeitos positivos no consumo doméstico abaixo do esperado pelo governo.

Marconi ressalta que o consumo das famílias está num nível razoável, porém a **produção** industrial indica estagnação há mais de um ano e possivelmente deve crescer apenas 1% neste ano. "Como ocorrem os vazamentos das **importações**, as medidas adotadas recentemente não necessariamente vão estimular de forma substancial a **produção** das indústrias", comentou.

Segundo Marconi, três conjuntos de medidas seriam mais adequados para reaquecer o nível de atividade: redução firme dos juros nominais, avanço dos investimentos de longo prazo pelos setores público e privado, especialmente em infraestrutura, e política fiscal mais apertada na área de custeio da máquina administrativa federal.

### **Desindexação**

Para os acadêmicos, o nível de investimento no País avançaria de forma bem mais rápida se o governo começasse a agir de forma gradual, mas constante, no processo de desindexação da economia, especialmente o relacionado à emissão de títulos públicos atrelados à variação da Selic.

"Seria preciso que o Poder Executivo definisse como prioritária a aprovação de uma lei pelo Congresso de desindexação da economia", defendeu Bresser-Pereira. "Além disso, também seria **importante** uma redução paulatina, que

vai levar alguns anos, das obrigações do Tesouro vinculadas à variação da Selic. Este é um processo longo, mas que precisa começar."

Na opinião de Nakano, o Tesouro Nacional deveria imediatamente parar de emitir Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) - títulos atrelados à variação da Selic. "Com isso, muitos recursos privados, que são canalizados para a dívida pública, vão se encaminhar para outros ativos, especialmente os do setor produtivo, como projetos de longo prazo na infraestrutura de que o **Brasil** tanto precisa", comentou. "Seria uma colaboração muito forte para que nossa taxa de investimento, como proporção do **PIB**, avançasse para níveis bem mais adequados."

Outro ponto defendido por Nakano é uma redução substancial do volume de recursos públicos dedicados às operações compromissadas realizadas pelo Banco Central (BC). "São operações que envolvem recursos muito grandes por parte do Estado e sua redução também colaboraria para ampliar o montante de investimentos de longa maturação no País", disse.

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Amazonas registra crescimento na indústria de 0,9% em novembro</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Estado está no grupo de sete regiões com dados positivos.**

**Na comparação anual o Amazonas lidera o aumento da produção no país.**

#### **Do G1 AM**

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, nesta quarta-feira (7), levantamento da produção industrial brasileira. Em 7 dos 14 locais pesquisados em outubro, na comparação com o mês anterior, houve queda. Na contramão dos dados de outras regiões o Amazonas registrou crescimento.

As áreas que tiveram aumento na produção foram Bahia (3,0%), Rio Grande do Sul (2,4%), Minas Gerais (1,6%), região Nordeste (1,0%), Paraná (1,0%) e Amazonas (0,9%).

Apesar de números positivos em algumas regiões brasileiras, no terceiro trimestre deste ano a indústria foi o setor mais afetado pela perda de ritmo da economia. Pelos dados do IBGE divulgados na véspera, o setor teve contração de 0,9% no período, na comparação com o trimestre anterior

– o pior desempenho desde o primeiro trimestre de 2009, quando recuou 6,4%.

Na comparação anual, a indústria teve a produção reduzida em 8 dos 14 locais pesquisa, com destaque para Santa Catarina (-8,5%), seguida por Ceará (-6,4%), São Paulo (-4,6%), Bahia (-3,9%), Minas Gerais (-3,6%), Espírito Santo (-2,5%), região Nordeste (-2,1%) e Rio de Janeiro (-1,9%).

No acumulado o Amazonas foi o que registrou maior aumento de produção com 16,1%, seguido do Paraná (13,4%), Rio Grande do Sul (6,9%), Pernambuco (4,1%), Pará (3,3%) e Goiás (3,0%).



VEÍCULO  
ESTADAO.COM

EDITORIA

TÍTULO

**Ministro do Desenvolvimento passa a ser alvo nº 1 da oposição**

ORIGEM  
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE  
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO  
NACIONAL

**Além de convocar Fernando PIMentel, tucanos querem que Comissão de Ética analise ganhos de consultoria Eugênia Lopes e Marcelo Portela, de O Estado de S.Paulo**

BRASÍLIA e BELO HORIZONTE - O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando PIMentel, é o novo alvo da oposição. Ao mesmo tempo em que tenta aprovar nesta quarta-feira, 7, convocação para que explique a atuação de sua empresa, a P-21 Consultoria e Projetos, entre 2009 e 2010, o PSDB entra com representação na Comissão de Ética Pública da Presidência, para verificar se o petista infringiu o Código de Ética, e no Ministério Público do DF, sob suspeita de improbidade administrativa.

Na mesma linha, o PPS protocolou requerimento na mesa diretora da Câmara pedindo que PIMentel se explique sobre a denúncia, divulgada na terça-feira, 6, pelo jornal O Globo, de que sua empresa teria faturado mais de R\$ 2 milhões com consultorias, entre 2009 e 2010. A reportagem sugere tráfico de influência da consultoria do ministro em licitações da prefeitura de Belo Horizonte e a não prestação de serviços pagos pela Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg).

"O ministro deve muitas explicações. É preciso esclarecer em que circunstâncias ocorreram estas consultorias, já que PIMentel se preparava para ser importante coordenador da campanha da então candidata Dilma Rousseff", afirmou o líder do PPS na Câmara, Rubens Bueno (PR). O líder do PSDB, Duarte Nogueira (SP), vê semelhanças entre o caso de PIMentel e do ex-ministro Antonio Palocci (PT), que deixou o governo em junho, após a divulgação de que seu patrimônio aumentou em cerca de 20 vezes. PSDB, PPS e DEM querem aprovar hoje, na Comissão de Fiscalização Financeira

e Controle da Câmara, a convocação de PIMentel. "Vamos tentar incluir o requerimento na pauta", disse o líder Antonio Carlos Magalhães Neto (BA).

Solidário. Em Belo Horizonte, o prefeito Marcio Lacerda (PSB) saiu em defesa de PIMentel, que o antecedeu no cargo e foi um de seus padrinhos políticos.

O prefeito disse não ter ainda conversado com o ministro sobre o caso, mas ressaltou a "presunção da inocência" e alertou que "meias verdades são mais perigosas que meias mentiras".

Segundo Lacerda, as licitações vencidas pelo consórcio formado com participação da Convap para a realização de obras para a Copa do Mundo de 2014 estão "acima de qualquer suspeita". Essas licitações do PAC da Copa, avisou, têm fiscalização da Caixa Econômica e dos Tribunais de Contas do Estado e da União. "São transparentes", afirmou Lacerda.

Além de convocar Fernando PIMentel, tucanos querem que Comissão de Ética analise ganhos de consultoria Eugênia Lopes e Marcelo Portela, de O Estado de S.Paulo

Uma das empresas envolvidas nas denúncias, a Convap, foi cliente de PIMentel entre 2009 e 2011, período em que ele já havia deixado a Prefeitura de Belo Horizonte. Atualmente, a construtora integra um consórcio vencedor de licitação de R\$ 95 milhões promovida pelo município. Segundo a prefeitura, a Convap tem participação de 1,25% no consórcio.

Na terça-feira, O Globo mostrou que, além da Convap, a P-21 de PIMentel também recebeu R\$ 400 mil da QA Consulting. Um dos donos da empresa é Gustavo Prado, filho de Otílio Prado, sócio de PIMentel na P-21.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Governo atribui acusações a <u>PIM</u>entel à disputa política em BH</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASÍLIA - O Palácio do Planalto está convencido de que o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio**, Fernando **PIM**entel, não cometeu irregularidades ao prestar consultoria nos dois anos anteriores à sua posse no governo.

**PIM**entel foi prefeito de Belo Horizonte até dezembro de 2008. Só reassumiu um cargo público em janeiro deste ano, quando foi convidado a integrar a equipe ministerial da presidente Dilma Rousseff.

	VEÍCULO FOLHA.COM	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Oposição pressiona mais um ministro a se explicar no Congresso</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**MARIA CLARA CABRAL**

**DE BRASÍLIA**

A oposição protocolou nesta terça-feira requerimentos para pressionar o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando PIMentel, a dar explicações sobre o seu faturamento de mais de R\$ 2 milhões com consultorias, entre 2009 e 2010.**

A informação sobre o faturamento foi revelada pelo jornal "O Globo". O ministro nega haver irregularidades.

Um requerimento pedindo a convocação de **PIMentel** foi protocolado pelo PSDB na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara. O documento deve ser votado amanhã. Além disso, os tucanos prometem questionar, nesta quarta, a Comissão de Ética Pública sobre as ações do ministro e ingressar com uma representação no **Ministério** Público Federal do Distrito Federal por improbidade administrativa.

Em outra frente, o PPS enviou ao próprio **Ministério** requerimento solicitando cópias dos contratos que a empresa P-21, que pertence a **PIMentel**, mantinha com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e com o grupo da construtora mineira Convap, especialmente nos anos de 2009 e 2010

O PPS também quer saber quais foram os serviços prestados pela empresa do ministro, que também já foi prefeito de Belo Horizonte.

"O ministro deve muitas explicações à sociedade. É preciso esclarecer em que circunstâncias ocorreram estas consultorias, já que **PIMentel** se preparava para ser **importante** coordenador da campanha da então candidata Dilma Rousseff", disse o líder do PPS, Rubens Bueno (PR).

	VEÍCULO ENVOLVERDE	EDITORIA
	TÍTULO <b>O impacto da <u>Zona Franca</u> sobre nossas vidas</b>	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Em recente visita a Manaus, a presidenta Dilma Rousseff encaminhou ao Congresso Nacional proposta de estender, por mais 50 anos, os benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus (ZFM). Este ato representa abrir mão, em arrecadação para o Brasil, de cerca de R\$ 650 bilhões. É um fato inédito, tanto por sua longevidade, como por seu impacto financeiro.

A Zona Franca é o resultado de um regime especial de tributação, com isenções a quem se instala na região. Representa o que o Governo Federal, com aprovação do Congresso Nacional, deixa de arrecadar em função de impostos federais. Criada na década de 1960 pela ditadura militar, seu regime especial de tributação esteve prestes a ser concluído quando Lula da Silva o estendeu por mais dez anos.

Se considerados os 60 anos de continuidade da ZFM, isto representa uma renúncia fiscal da ordem de R\$ 780 bilhões, R\$ 130 bilhões pelo decreto de Lula da Silva e R\$ 650 bilhões, cinco vezes aquele valor, na proposta da presidenta Rousseff! Este valor corresponde a cerca de dois anos de tudo que se produz (Produto Interno Bruto – PIB) na Amazônia.

Se isto for levado ao nível individual e apenas para um ano, cada brasileiro estaria pagando (para estes 60 anos de renúncia fiscal) R\$ 3.600,00 para a ZFM continuar, algo como meio salário mínimo por um ano.

Provavelmente, este ato da Dilma esteja entre as decisões econômicas de maior impacto propostas por um presidente da República, tanto para a Amazônia como para o Brasil como um todo. Este valor é possivelmente superior ao do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ou ao dos jogos mundiais (Olimpíadas e Copa do Mundo), e só inferior aos investimentos do pré-sal.

É importante lembrar que a ZFM beneficia diretamente cerca de 550 empresas que, juntas, faturaram cerca de US\$ 35 bilhões em 2010. Estima-se que, para 2011, o crescimento seja superior a 20%. No entanto, o que deveria ser uma zona essencialmente exportadora, apresenta dificuldades em desempenhar este papel. Em 2010, as exportações limitaram-se a US\$ 1 bilhão. O saldo negativo entre o valor exportado e importado só faz crescer, de cerca de US\$ 3,15 bilhões em

2000, para US\$ 9,94 bilhões em 2010. Para 2011, este deve ser ainda maior na medida que, de janeiro a setembro, o déficit acumulado foi de US\$ 9,18 bilhões.

Em termos gerais, a renúncia fiscal para todo o Brasil em 2010 situou-se na casa dos R\$ 144 bilhões, e a ZFM corresponde a cerca de 9%. Na ZFM há uma particularidade. Trata-se do incentivo a fabricantes de refrigerantes: cerca de R\$ 1,1 bilhão (cerca de 1/10 da renúncia fiscal da ZFM) destina-se a apenas três empresas (Coca Cola, Pepsi Cola e AmBev). Estas, juntas, não empregam mais de 300 pessoas. O ato da presidenta Dilma Rousseff beneficiará estas três empresas em cerca de R\$ 55 bilhões de incentivo fiscal (além da isenção de R\$ 11 bilhões em dez anos definida pelo governo anterior)!

Estes números são impressionantes, quando considerada a situação de extrema pobreza da maioria da população da região (na Região Norte, segundo o Censo 2010, do IBGE, metade da população de 12,6 milhões de pessoas vive com R\$ 134 mensais). Compare-se, por exemplo, o Programa Brasil Sem Miséria, que recebe cerca de R\$ 20 bilhões, e a Zona Franca de Manaus, com cerca de R\$ 13 bilhões em subsídios.

Há um grande risco de esta política, que atende 550 empresas (e três em particular), estar desconexa de um pensar a Amazônia brasileira em sua fragilidade, complexidade, diversidade ambiental, social e potencial. Sabemos suficientemente o que pensam os diferentes grupos que compõem a Amazônia sobre este incentivo fiscal? De que maneira é possível valorizar a biodiversidade e a sociodiversidade da Amazônia para produzir amplos benefícios a seus habitantes presentes e futuros?

Seria interessante avaliar o impacto ambiental e social causado pela ZFM nas regiões percorridas por suas carretas e barcaças, entre o Centro-Sul do Brasil e Manaus. Apresento aqui três destes.

1. As barcaças (grandes barcas) no trecho Belém-Manaus, apesar de seu impacto e de passarem ao largo de unidades de conservação e terras indígenas, nunca tiveram seu licenciamento ambiental e monitoramento da rio-estrada de milhares de quilômetros. Além de causar erosão devido a suas

marolas, principalmente na região dos Furos (Marajó), representam constante ameaça aos ribeirinhos. O maior impacto, no entanto, é social, a prostituição, cujas mulheres ganharam uma infeliz alcunha: as balseiras, muitas delas adolescentes de 14 ou 15 anos que se prostituem por um litro de óleo, um quilo de carne.

2. Portos privados de Belém: são dezenas de portos urbanos, causam forte impacto na precária estrutura viária da cidade, aumentam a prostituição no entorno, além de contribuírem pifamente em impostos e, da mesma maneira, não merecem o necessário licenciamento e **monitoramento** ambientais. Agrava-se a situação na medida em que tais portos encontram-se em áreas cuja titularidade é duvidosa (estão em terrenos de Marinha – várzeas, manguezais, etc.).

3. Trecho rodoviário entre Belém e Brasília, por onde trafegam milhares de carretas por quatro Estados (Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará), além do Distrito Federal, é conhecido pelos riscos que oferece a usuários e moradores do entorno, tanto pela baixa qualidade de manutenção da via, como ao excesso de carretas, etc.

O mesmo celular, televisor ou bicicleta que sai desmontado de São Paulo retorna a este destino embalado e percorre nove mil quilômetros para chegar ao consumidor. Provavelmente, numa economia verde, o que é o propósito da **Zona Franca Verde**, este périplo não faça sentido. Não seria oportuno considerar estas três regiões impactadas pela **ZFM** (e outras ora não mencionadas) como parte dos beneficiários dos incentivos fiscais? A **Zona Franca** não deveria ser a **Zona Franca** do Rio **Amazonas**?

Agregue-se a este desafio o boom econômico que a **Amazônia** vive, com a previsão de investimentos públicos e privados em infraestrutura (estradas, portos, hidrelétricas), mineração e agronegócio, na casa dos R\$ 500 bilhões para esta década.

E, se é preciso, como eixo central da política pública, extinguir a miséria, como propõe o **Governo Federal**, com acerto e coragem, certamente a revisão profunda sobre incentivos fiscais é inadiável. A **ZFM**, tal qual a conhecemos hoje, pouco reconhece a biodiversidade, o conhecimento tradicional associado à biodiversidade, a sociodiversidade expressa nos povos indígenas, quilombolas e demais populações tradicionais.

Uma renúncia fiscal de tal monta merece amplo debate público, com audiências públicas nos Estados amazônicos e, quiçá, da federação, na medida em que esta é para todos brasileiros. E devem ser primeiro realizadas nas localidades onde a **ZFM** deixa rastros socioambientais, como nos três exemplos aqui apresentados.

Certamente **Manaus** tem muito a contar à **Amazônia** e ao **Brasil** sobre o que aprendeu com estas décadas de **Zona Franca**. De que maneira a **Manaus** generosa vê um projeto para a **Amazônia**, que considere toda a região e, por que não, o Brasil?

\* João Meirelles Filho é diretor do Instituto Peabiru e escritor. Seu novo livro é *Grandes Expedições à Amazônia Brasileira – Século XX*, Editora Metalivros.

\*\* Publicado originalmente no site O Eco **Amazônia**.